

Trinta: a falsa revolução

Otávio Augusto Sitônio Pinto

- ❖ *A Revolução de 1930 foi o movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com o golpe de Estado, o Golpe de 1930, que depôs o presidente da república Washington Luís em 24 de outubro de 1930, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e pôs fim à República Velha.*
- ❖ *Em 1 de março de 1930, foram realizadas as eleições para presidente da República que deram a vitória ao candidato governista, que era o presidente do estado de São Paulo, Júlio Prestes. Porém, ele não tomou posse, em virtude do golpe de estado desencadeado a 3 de outubro de 1930, e foi exilado.*
- ❖ *O capital internacional, que já participara das intrigas que levaram à Guerra do Paraguai, assim como à Abolição da Escravatura, não aceitava o nacionalismo da casa real brasileira, característico das monarquias – o nacionalismo é condição “sine qua non” para sustentação das realezas. E ajudou a conspirar o Golpe da República, pois a América é um continente republicano, no modelo da Guerra da Independência Americana, e abolicionista e capitalista, no modelo da Guerra Civil Americana. Mas a primeira república brasileira tinha uma orientação marcadamente nacionalista, e era, ainda, comandada por forças políticas de base rural – como no Sul Confederado da América do Norte, derrotado pelas tropas da União.*

Algodão no Nordeste

A Guerra Civil Norte já contribuía para o incremento da cultura algodoeira no Nordeste Brasileiro, quando o Sul Confederado ficara impedido de exportar o ouro branco para a Europa, diante do bloqueio naval estabelecido pelo Norte. Um bloqueio tão eficiente que levou à invenção do submarino como arma de guerra pela nascente indústria sulista. No que tange à economia algodoeira, o interesse do capital internacional voltou-se, então, para o Nordeste Brasileiro. Esse capital era representado pelo cartel da Machine Cotton, Anderson Clayton, e Sanbra (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro – na verdade, uma empresa de capitalistas judeus sediada na Argentina).

A Machine Cotton dominara o mercado algodoeiro do Nordeste, mas, durante a Primeira Guerra Mundial, com as rotas marítimas interrompidas, perdeu o controle desse mercado para um industrial cearense radicado em Pernambuco, Delmiro Gouveia, que construíra um complexo beneficiador de algodão nas margens do Rio São Francisco, movido à primeira hidrelétrica do rio. Finda a guerra, a Machine Cotton quis comprar a indústria de Delmiro, que recusou seguidas propostas. Delmiro foi assassinado em circunstâncias ainda inexplicadas. Após a morte do industrial nordestino, a Machine Cotton comprou sua indústria, desmontou suas máquinas e sua usina hidrelétrica, e atirou-as no rio.

Algodão na Paraíba

Outro grupo pernambucano, de origem paraibana, prosperou com a industrialização do algodão. Foi o grupo Pessoa de Queiroz, constituído por sobrinhos do Presidente da República Epitácio Pessoa, o oligarca de Umbuzeiro. A maior parte do algodão beneficiado pelos Pessoa de Queiroz vinha da Paraíba, na época o principal produtor brasileiro. Na Paraíba, os cotonicultores eram liderados pelo deputado José Pereira Lima, um industrial da cidade de Princesa, onde havia 22 usinas de algodão.

José Pereira era proprietário, em Princesa, de casa de força e luz, a vapor, que de dia gerava energia para sua usina de algodão e seu engenho de cana-de-açúcar, conforme a estação e, de noite, gerava luz para a cidade. Era sua base econômica. Portanto, era um capitalista – não um capitalista tardio, como os que vieram no pós-1930. José Pereira foi, ainda, fundador e sócio de um jornal na Capital (Correio da Manhã), do qual era um dos diretores, e de outro, em Princesa (Jornal de Princesa). Suas duas maiores propriedades rurais, herdadas do pai (o deputado Marcolino Pereira Lima), ficavam fora dos limites de Princesa, no município de Piancó. José Pereira era, assim, um capitalista ligado ao grupo econômico dos Pessoa de Queiroz, do Recife, para onde o algodão da Paraíba era exportado já pré-beneficiado.

Golpe multinacional

Havia um mal-estar entre sobrinhos do presidente Epitácio, divididos entre os Pessoa de Queiroz e o ministro

do Superior Tribunal Militar, João Pessoa Cavalcanti, ambos com interesse na presidência da Paraíba. Esse mal-estar era terreno fértil para os interesses do cartel algodoeiro multinacional da Machine Cotton, Anderson Clayton, e Sanbra. – um dos cartéis que financiaram o Golpe de 1930.

Uma das remessas de dinheiro para financiamento do golpe, enviadas de avião pela Sanbra, vinda da Argentina, caiu num desastre aéreo sobre o Rio da Prata, em 10 de maio de 1930, causando a morte do tenente Antônio Siqueira Campos, portador da contribuição da Sanbra, perdida nas águas do rio – o que levou a multinacional a mandar mais outra remessa. Os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes foram os dois sobreviventes do levante conhecido como “18 do Forte”, em que 17 militares e um civil (Otávio Correia) enfrentaram 3.000 soldados do Exército Brasileiro, em 6 de julho de 1922.

No País, o revezamento político era limitado a uma gangorra entre os estados de Minas Gerais, por excelência agro-pecuário, e ao estado de São Paulo, cafeicultor. Essa situação desagradava ao também rural estado do Rio Grande do Sul, sempre excluído da sucessão presidencial. A eleição presidencial de 1919 se trava entre dois nordestinos, o baiano Ruy Barbosa e o paraibano Epitácio Pessoa, ambos Senadores da República, com a vitória do paraibano.

Ruralistas dos pampas

O rio Grande do Sul, que também produzia leite e carne, também queria um lugar ao sol da república. O ruralista Getúlio Dornelles Vargas, senhor da querência do Itu, candidatou-se à presidência tendo como vice o paraibano João Pessoa, sobrinho de Epitácio Pessoa e seu sucessor na política. Epitácio foi o único brasileiro a ocupar a presidência dos três poderes – o Supremo Tribunal Federal, o Senado e o Executivo. Era, assim, um nome nacional, e, por isso, os descontentes do Rio Grande do Sul escalaram para a sua chapa, no lugar de vice-presidente, um obscuro jurista, oriundo de um estado pobre: João Pessoa, da Paraíba, sobrinho do ex-presidente Epitácio Pessoa.

João Pessoa foi candidato a presidente da Paraíba e presidente da República pelo mérito de ser sobrinho de Epitácio, pois nunca fizera carreira política, nem sequer votara alguma vez na Paraíba. Os descontentes contavam ainda com o apoio de Antônio Carlos, presidente de Minas Gerais – portanto, da área do “café com leite”, mas que se sentira preterido na sucessão presidencial, pois, segundo a gangorra, a vez seria de Minas. E se fez a conspiração da “Aliança Liberal”, contra a república do presidente Washington Luís, um historiador e escritor nascido em Macaé, no estado do Rio de Janeiro, e que fez carreira política em São Paulo. Washington Luís fizera seu sucessor à presidência no paulista Júlio Prestes. Mas, 21 dias antes do término do seu mandato, Washington Luís foi deposto pelo que o historiador José Honório Rodrigues chamou de “um movimento militar com simpatias civis”, ou seja, o Golpe de 1930. Para José Honório, “nunca houve uma revolução no Brasil”.

Acomodação liberal

A Aliança Liberal já havia se conformado com a eleição de Júlio Prestes. Seu vice derrotado, João Pessoa, dizia sem reservas, diante dos boatos de conspiração (da qual ele nunca fez parte), que preferia “mil Júlios Prestes a uma revolução”. O presidente da Paraíba era um simpatizante de Washington Luís, como escreveu seu tio Epitácio, em carta para o sobrinho: “Não entendo tua candidatura, pois bem sei de tuas simpatias pelo Washington”. Quer dizer: João Pessoa não era um aliancista, nem um conspirador, nem um revolucionário, nem um golpista; era um legalista, posição mais de acordo com sua formação jurídica.

Mas, o que levou à eclosão do Golpe de 1930, se Júlio Prestes fora eleito, seus adversários já estavam acomodados, conformados e com ele compostos (como João Pessoa), e a Aliança Liberal expirava no ocaso?

Motivos pessoais

Nem só de fatores econômicos e políticos é feita a História. Relembrem-se as relações pessoais do marechal Deodoro da Fonseca com o Imperador Pedro II, seu parente eclesiástico (compadre), e o político gaúcho Gaspar da Silveira Martins, de quem diziam ser rival afetivo de Deodoro (disputaram a mesma mulher). Silveira Martins estava à margem da História – pois não pleiteava nenhum cargo no Império ou na conspirada República. Deodoro só aceitou comandar o golpe contra o Imperador – seu amigo e compadre – quando os

intrigantes lhe disseram que Silveira Martins comandaria a intentona, caso o marechal não aceitasse chefiar o “putsch”.

Na Paraíba se travava uma luta dentro do epitacismo. O dirigente e convencional do Partido Liberal, José Pereira Lima, de Princesa, era considerado “o número um do epitacismo”, desde que foi um dos principais articuladores da candidatura de Epitácio ao Senado, em 1915 – o que lhe possibilitou chegar à Presidência da República. José Pereira ainda era muito próximo ao outro ramo dos Pessoas, os Pessoas de Queiroz, sobrinhos de Epitácio e industriais no Recife. Havia ciúme dentro da família, entre os sobrinhos de Epitácio, provocado pela disputa quanto à sucessão do tio. E havia ciúme de João Pessoa em relação a José Pereira, pelo prestígio que o mesmo gosava junto a Epitácio como “número um”.

As relações pessoais entre José Pereira e João Pessoa foram agravadas por um incidente de mesa de jogo, na cidade de Monteiro, quando um cunhado de José Pereira, o diretor da Mesa de Rendas Inocêncio Nóbrega (casado com Águeda Pereira Lima, irmã caçula de José Pereira) esmurrou seu companheiro de jogo e subordinado na Mesa de Rendas, Cândido Clementino Cavalcanti de Albuquerque, pai de João Pessoa.

Articulador

Diante do mal-estar que se seguiu ao incidente, e com Inocêncio correndo risco de vida, José Pereira providenciou a remoção do cunhado para outra cidade. Mas as relações com João Pessoa, que já eram estremecidas por conta do ciúme do sobrinho de Epitácio diante do seu “número um”, ficaram tensas e delicadas. Além disso, José Pereira participou da articulação da candidatura de Solon de Lucena ao cargo de Presidente da Paraíba, com sucesso, quando João Pessoa pretendia esse cargo pela primeira vez; no mandato seguinte, José Pereira foi um dos que articularam a candidatura de João Suassuna à Presidência do Estado, também com sucesso, quando João Pessoa pleiteou o cargo pela segunda vez. Dizia-se que José Pereira preferia fazer presidentes a ser presidente.

Quando João Pessoa quis ser candidato, pela terceira vez, José Pereira tentou levantar a candidatura de Francisco Pessoa de Queiroz, sobrinho do ex-presidente da República, ou de Júlio Lira, para presidente da Paraíba. Dessa vez, João Pessoa logrou ser escolhido pelo tio como candidato. João Pessoa nunca perdoaria José Pereira por essas articulações políticas em detrimento de seus interesses oligarcas, como pretensão sucessor do tio Epitácio.

Mal-estar familiar

A disputa interna entre os primos gerou grande mal-estar na família, principalmente porque os ramos Pessoa de Queiroz e Pessoa Cavalcanti eram agastados por conta de um crime passional envolvendo as duas facções, quando um primo (Epitácio Pessoa de Queiroz) teria matado o marido (o médico Bandeira Filho) de uma prima (Dona Clarice), suspeitando que ele tivesse envolvido com sua esposa (Dona Laura Matos). A situação tornou-se mais complicada quando o Pessoa de Queiroz, suspeito do crime, foi homiziado em Princesa, sob o pálio de José Pereira.

O clima emocional entre José Pereira e João Pessoa tornou-se muito pesado. João Pessoa não podia aceitar “o número um do epitacismo”, cunhado do homem que esmurrou seu pai, que homiziara o suspeito do assassinato do marido de sua prima, e que tramara por três vezes contra sua candidatura à Presidência do Estado. Os dois estiveram muitas vezes em rota de colisão, e João Pessoa, com seu temperamento irascível, jamais poderia perdoar José Pereira.

“Áspera e forte”

No começo do mandato do Presidente eleito, João Pessoa e José Pereira tiveram uma conversa áspera e forte em Palácio. João Pessoa perguntou a José Pereira se ele tinha cangaceiros no seu município, e a resposta veio rápida: “os cangaceiros que tenho no meu município são os eleitores de seu tio Epitácio”. Dito isso, o deputado levantou-se em direção ao presidente, “com as narinas acesas”, segundo narra José Américo de Almeida, então secretário da Segurança, e que, disse ele, se interpôs entre os dois. Mas José Pereira podia fisicamente com esses interlocutores; se nada mais houve, foi por conta de sua educação refinada – “o homem mais bem educado que já vi”, dizia o intelectual e poliglota José Ascendino de Farias, tio

do presidente da Academia Paraibana de Letras, Juarez Farias, que ouviu e repete esse depoimento.

Expurgo fatal

Às vésperas das eleições nacionais e locais, João Pessoa tomara uma atitude muito própria do seu temperamento: expurgou todos os candidatos a deputado federal da chapa de seu partido, do qual José Pereira era um dos convencionais e dirigentes. Na ocasião, José Pereira estava em Princesa, a 430 km da Capital. João Pessoa manteve na chapa apenas um candidato: seu primo Carlos Pessoa. Conhecendo o prestígio do “número um do epitacismo”, João Pessoa, um dia após o expurgo, saiu em comitiva com dois carros rumo a Princesa, para comunicar sua decisão a José Pereira e tentar contornar uma possível crise já no seu nascedouro, assim como dissolver o mal-estar que ficara do encontro dos dois em Palácio. O próprio João Pessoa descreveu a apoteose e a hospitalidade com que foi recebido em Princesa, em telegrama ao deputado gaúcho Araújo Cunha: “Cheguei a Princesa a 19 de fevereiro, sendo recebido a 9 km da cidade por um grande cortejo de automóveis e nela com retumbantes festas.”

A sucessão dos fatos ocorreu muito depressa: quatro dias depois, aos 23 de fevereiro, José Pereira telegrafava a João Pessoa comunicando seu desligamento do Partido Liberal, do qual era dirigente e convencional; nove dias depois, aos 28 de fevereiro, ocorria a invasão da cidade de Teixeira pela volante do tenente Ascendino e a prisão dos Dantas – e das Dantas. Era a guerra. No outro dia, 1º de março, deveria ser realizada a eleição, dez dias após a visita do presidente a Princesa, onde fora recebido com “retumbantes festas”, ocasião em que foi comunicada a José Pereira a decisão singular do Presidente, de expurgar a chapa de deputados federais do Partido Liberal, eliminando o nome de João Suassuna, sufragado em Princesa, e mantendo Carlos Pessoa, candidato da oligarquia de Umbuzeiro e primo de João Pessoa. Estava decretada a crise.

Contra-revolucionário

Emerge, desses fatos, que João Pessoa não era um conspirador aliancista e nada tinha a ver com o Golpe de Trinta, ao qual deu vida com sua morte, embora fosse um contra-revolucionário. Por sua vez, José Pereira não era um opositor do golpe (nem dele sabia) que estimulou com sua sedição do Território Livre de Princesa, nem o Golpe de Trinta objetivava o fim dos “coronéis”, pois Getúlio Vargas era o maior deles, maior que o Padre Cícero.

Essa realidade se torna clara com a convocação de José Pereira, sete anos depois, feita por Getúlio Vargas – o coronel do Itu – para participar do golpe de 1937, formando e comandando uma coluna que deveria marchar sobre Salvador. A convocação foi feita pelo coronel do Exército Azambuja Vila-Nova, interventor de Pernambuco, e aceita por José Pereira.

Pereira e Vargas

O fato foi manchete nos jornais do Recife, causando impacto em Salvador: Juracy Magalhães, o conspirador aliancista e interventor demitido da Bahia, desistiu de resistir ao golpe do golpe de Vargas – o regolpe – e a coluna de José Pereira (que deveria marchar sobre Salvador como, em 1930, uma coluna de Princesa estivera programada para marchar contra a capital da Parahyba) foi desmobilizada antes de nascer.

Já no ano anterior, em 1936, o interventor federal da Parahyba, Argemiro de Figueiredo, convidara José Pereira e os oficiais da polícia que lutaram em Princesa para um almoço de confraternização. Todos os oficiais confirmaram a presença no ágape da paz, menos o capitão João Costa – o que inviabilizou o encontro. Mas Argemiro deu garantias a José Pereira de que nenhuma repressão lhe seria dirigida na Paraíba, reforçando a anistia concedida por Getúlio Vargas em 1932, e o caudilho pôde sair da clandestinidade na qual se refugiara. Nesse ínterim, aparece vivo um homem a quem José Pereira fora imputado de ter mandado matar: João de Deus, de Desterro, então distrito de Teixeira e hoje cidade.

Vitórias no Supremo

Em 1948, José Pereira obtém importante vitória no Supremo Tribunal: são-lhe devolvidos os bens que a Standard Oil lhe empalmara no pós-Trinta, assim como a fazenda de que um oportunista tomara posse

durante o período em que o caudilho esteve evadido. O Supremo havia infligido, em 1930, notável derrota ao presidente João Pessoa, julgando favoravelmente a ação interposta pela Associação Comercial da Paraíba contra o aumento abusivo de impostos – até 500 % (quinhentos por cento!) decretado por João Pessoa, ao qual se opusera José Pereira. Ainda em 1948, o tribuno Alcides Carneiro, afilhado de José Pereira, cunhado de seu filho Aloysio Pereira e genro de José Américo, teceram o apoio político de José Pereira à candidatura do autor de “A Bagaceira” ao governo do Estado.

Nunca, desde 1930 e nos anos seguintes, o status político do coronel e deputado José Pereira Lima foi contestado pelo establishment da Nova República, mas até confirmado com sua convocação para a implantação do Estado Novo. A Guerra de Princesa foi um conflito restrito entre José Pereira (e seus amigos) versus João Pessoa e seu Estado.

A morte do Presidente conduziria ao golpe de 1930, desfechado por uma conspiração da qual nunca fizera parte; mas a anistia de 1932, o almoço jejuno de 1936, o regolpe de 1937 e o conchavo de 1948 vieram provar que a Aliança Liberal e José Pereira não estavam em campos opostos, como estavam João Pessoa e os conspiradores de 1930, albergados na Paraíba à socapa do Presidente do Estado – que nem sequer foi o último a saber, pois morreu antes do golpe nacional-trabalhista.

Nepotismo

Em Princesa, José Pereira ponderou a João Pessoa que tirasse também Carlos Pessoa da chapa, e, em seu lugar, colocasse Assis Chateaubriand. Não foi atendido e o rompimento tornou-se inevitável. Poucos dias depois, José Pereira telegrafou a João Pessoa comunicando sua decisão de liberar seus amigos para votar em quem quisessem, quando faltavam poucos dias para as eleições. Em Teixeira, cidade da mesma região fisiográfica de Princesa, a família Dantas tinha o comando político e sempre fora opositora de João Pessoa e dos Pessos.

O ex-presidente João Suassuna era casado com uma Dantas, mas era partidário de João Pessoa. Fora também expurgado da chapa e era o candidato de José Pereira a deputado federal. Suassuna tomou a mesma atitude de José Pereira, rompendo com João Pessoa. Em represália o presidente despachou uma tropa policial para Teixeira, sob o comando de um desafeto dos Dantas – o tenente Ascendino Feitosa, que levava um murro na cara, desfechado por Silveira Dantas, chefe político de Teixeira, quando fora delegado naquela cidade (à semelhança do que houvera entre o cunhado de José Pereira e o pai de João Pessoa). Os Dantas sempre foram opositores da oligarquia Pessoa.

“Fuzile os Dantas”

O tenente Ascendino tivera que sair de Teixeira, e agora voltava plenipotenciário – com um telegrama do Presidente João Pessoa nas mãos: “Todo membro família Dantas, encontrar armas na mão, fuzile .” Ascendino prendeu todos os principais dos Dantas, inclusive senhoras, que manteve reféns. Diante disso, José Pereira enviou para Teixeira um grupo de seus homens, que mantinha em Princesa para combater cangaceiros. Esse efetivo fora reforçado no tempo da Coluna Prestes, quando foram criados, no Sertão, os “Batalhões Patrióticos”, armados e municados pelos governos para dar combate aos revoltosos. O grupo que saiu de Princesa para Teixeira era comandado por Luís do Triângulo, e resgatou os Dantas prisioneiros, pondo o destacamento de Ascendino em debandada. Tinha início a Guerra de Princesa, que seria proclamada Território Livre, com exército, constituição, hino, bandeira e Diário Oficial.

Guerra civil

A Guerra Civil de Princesa foi sangrenta, perdendo a polícia 151 homens. Foi o segundo conflito brasileiro em que se empregou aviões, das forças do governo do Estado (o primeiro foi a Revolução Paulista de 1924). A família Dantas tinha um notável advogado na Capital, João Dantas, que fora sócio de José Américo (este, alçado ao cargo de secretário de segurança de João Pessoa). Também fazia parte do escritório o advogado João da Mata. De João Dantas disse José Américo ser “o maior advogado de seu tempo”.

A segurança física de João Dantas tornou-se crítica na Capital, e ele teve de se evadir para o Recife, onde se hospedou na residência do cunhado Augusto Caldas. Seu escritório/residência foi arrombado pela polícia da Paraíba, seus documentos e correspondência íntima tornados públicos – as cartas de sua noiva Anayde

Beiriz expostas no quadro de avisos de A União e na Chefatura de Polícia para quem quisesse ler. Dois dias depois, João Pessoa viajou ao Recife, onde João Dantas o matou na Confeitaria Glória, depois de se apresentar: “João Pessoa, eu sou João Dantas, a quem tanto humilhaste e ofendeste.” A apresentação se fazia necessária, pois os dois não se conheciam, dado que João Pessoa era figura estranha e recente na sociedade da Paraíba – onde João Dantas era um de seus expoentes, como advogado do Banco do Brasil, jornalista, poeta, membro de família ilustre e noivo da miss e poetisa Anayde Beiriz.

Diz-se que, se João Dantas não tivesse matado João Pessoa, seus primos o teriam feito naquela sua ida ao Recife. De qualquer maneira, ele não teria saído vivo da capital Pernambucana. João Dantas e seu cunhado Augusto Caldas foram sangrados na prisão, pela polícia da Paraíba (Ascendino Feitosa, o médico Luís de Góis, o soldado Mancha e outros), poucos dias após o atentado da Glória. Anayde Beiriz teve morte misteriosa.

Ressurreição da Aliança

A Aliança Liberal, que estivera morta, ressuscitou com a morte de João Pessoa, e o Golpe de 1930 foi desfechado na sexta-feira de três de outubro de 1930, às 17h25m, no Rio Grande do Sul. Vinte e um dias depois, precisamente no dia 24 de outubro, Washington Luís era deposto. O golpe precisou de três semanas apenas para derrubar o presidente da República. No dia três de novembro, Getúlio Vargas empalmava o governo como ditador. Um blitz putsch. Não existem revoluções tão breves assim. “Um movimento militar com simpatias civis”, disse o historiador José Honório Rodrigues a respeito do Golpe de Trinta.

Em 1937 Getúlio desfecharia novo golpe – o Estado Novo. Um golpe dentro do golpe, recrudescendo o primeiro. Na Bahia, o interventor Juracy Magalhães tentou resistir. Juracy foi um dos oficiais do exército que participaram do Golpe de 1930. Destacado no 22º Batalhão de Caçadores, na Paraíba, o capitão Juracy Magalhães não fez parte do assalto ao quartel, pois ficara na redação do jornal A União, órgão do estado da Paraíba, situado a poucos metros do Palácio do Governo, de onde podia vigiar qualquer movimento em Palácio.

O assalto do 22º BC resultou na morte do general Lavanére Wanderley, comandante excepcional do quartel, baleado no abdômen, possivelmente pelo tenente Agildo Barata. O general demorou a morrer, sendo transportado com vida para o Hospital de Pronto Socorro e atendido pelo médico Antônio D’Ávila Lins a quem disse, quando instado sobre quem lhe ferira: “São coisas da vida.” E levou para o túmulo a autoria de sua morte desnecessária, pois o general não ofereceu resistência ao assalto, surpreendido que foi quando dormia.

Em 1937, no golpe continuado, para marchar contra Salvador e a resistência de Juracy Magalhães, teve início a organização de uma coluna de seis mil homens. E, para comandá-la, convocou-se ninguém menos que José Pereira, já anistiado pela ditadura Vargas! Mas Juracy mudou de idéia antes da coluna partir.

Com o Golpe de 1930 tinha início uma ditadura que duraria 15 anos: o voto secreto e o voto da mulher, instituídos em 1933, por força da Revolução Constitucionalista de 1932, foram banidos da prática política brasileira em 1937. O País só voltaria a ter eleições ao fim da Segunda Guerra Mundial; nesse ínterim, o eleitor brasileiro (homem ou mulher) ficou sem votar – mesmo em “bico-de-pena”.

A ditadura de Vargas tinha tendências germanófilas e fascistas (sua decantada legislação trabalhista foi inspirada na Carta Del Lavoro de Mussolini). Esse posicionamento provocou fortes pressões do presidente Roosevelt junto ao ditador dos pampas. Roosevelt exigiu a cessão da área de Parnamirim, em Natal, no Rio Grande do Norte, aos Estados Unidos, para a construção de uma grande base aérea, a 2.002 km de Dakar, na África do Norte. Foi de Parnamirim – o “trampolim da vitória” – que saíram as forças para a retomada da África do Norte e do sul da Europa e apoio logístico para as tropas aliadas na Ásia e Pacífico. A vitória dos aliados na Segunda Grande Guerra, com o triunfo da democracia, determinou o fim da longa e assassina ditadura de Vargas e seus liberais...

Cópia para download em <http://paraibanos.com/joaopessoa/doc/rev1930pb.pdf>

O Ensaio foi publicado em 03/10/10 no blog "Cem Réis de Prosa" (<http://www.cemreis.com.br>)

O autor é jornalista, poeta, escritor e membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, dispondo de mais textos em <http://blogdesitonio.blogspot.com.br>

